

## **Introdução**

O processo histórico dos povos indígenas Terena se caracterizou por inúmeros momentos de “des/re territorialização”. Desde sua gênese na região do Chaco em confronto com espanhóis e portugueses, que posteriormente foram obrigados a cruzar a rio Paraguai e habitar em território brasileiro.

A Guerra do Paraguai (1865 – 1870) foi um momento de grande perda, onde foram obrigados a participar da guerra para garantir sua sobrevivência e outros fugiram para outras regiões. E no período pós guerra enfrentaram disputas territoriais com fazendeiros e com o domínio econômico e político da Companhia Erva Mate Laranjeira, na região sul do então estado de Mato Grosso.

E posteriormente a ação do Estado frente aos povos indígenas, primeiro com a demarcação de terras indígenas (criação do SPI), segundo as ações de incentivos a ocupação do deste espaço “vazio” política de nacionalização das fronteiras na década de 1930, por populações não indígenas.

Diante do exposto partimos da necessidade de um novo olhar sobre os povos indígenas em especial os Terena da aldeia Água Branca quanto ao uso e ocupação do solo e quais são os reflexos disso na segurança alimentar, ou seja, na disponibilidade de alimentos em qualidade e quantidade suficientes sem interferir em outras necessidades básicas do cotidiano.

Levando-nos a analisar de forma reflexiva sobre as atividades agropecuárias exploradas e suas práticas e técnicas adotadas pelos Terena da Aldeia Água Branca, bem como as políticas públicas desenvolvidas nesta comunidade indígena, sejam elas através do Estado e/ou outras entidades.

A fase inicial se constituiu em levantamentos bibliográficos: livros, artigos, sites especializados tais como: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - AGRAER, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e outros, bem como resumos e fichamentos destes materiais.

Fez-se necessária também pesquisa de campo para realização de entrevistas com aplicação de um questionário contendo dezesseis questões de múltipla escolha, o qual foi aplicado a um universo de dezesseis (16) famílias escolhidas aleatoriamente, o qual corresponde a 21,05% (vinte e um por cento e meio) das famílias residentes da aldeia.

É importante destacar que as entrevistas para aplicação do questionário foram realizadas nas residências das famílias, individualmente. Nesta etapa fez-se necessário ainda trabalho de campo para mapeamento e registro das áreas ocupadas por atividades agropecuárias com realização de fotos e coordenadas geográficas, utilizando câmera fotográfica.

Como resultado da pesquisa este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo destacamos o processo histórico de formação da aldeia Água Branca, sua luta, sua resistência enquanto povos de “culturas diferentes”. Para maior compreensão desse processo histórico fez-se necessário apresentarmos alguns conceitos: território, desterritorialização e reterritorialização vivenciados pelos Terena em Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo retratamos as infraestruturas existentes na Aldeia Água Branca (escola, posto de saúde, centro comunitário, rádio comunitária), bem como as formas de produção e as principais atividades agropecuárias desenvolvidas pela comunidade indígena.

No terceiro capítulo destacamos e discutimos as formas de organização política e espacial da Aldeia Água Branca, bem como as principais políticas públicas desenvolvidas, a segurança alimentar das famílias e as fontes geradoras de emprego e renda.

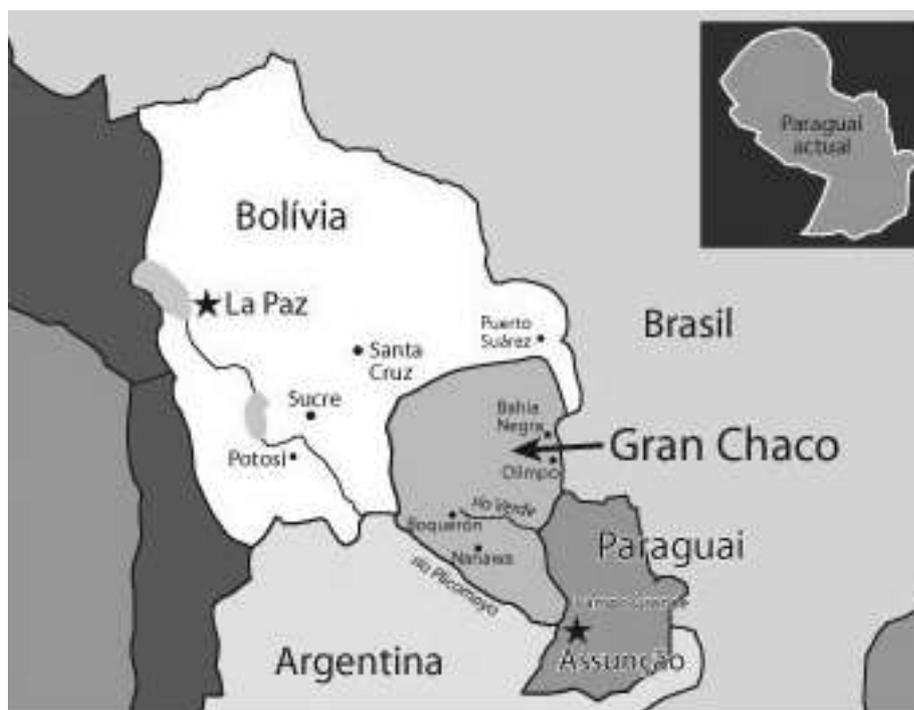
Diante da realidade em que se apresenta, surge o desafio no tocante a melhoria da qualidade de vida que se faz necessária para as famílias da Aldeia Água Branca, desafios esses que perpassam pelos costumes e tradições que ainda resistem, pela produção de alimentos, e pela execução de políticas públicas do Estado, com base nas reais necessidades e interesses dos Terena da Aldeia Água Branca.

## CAPÍTULO I – O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO DO POVO INDÍGENA TERENA

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 11), a história da gênese do povo indígena Terena no Brasil é difícil por estes aspectos: cada povo cria suas lendas e mitos para explicar sua origem, a história do povo Terena é longa e está ligada as histórias de outros povos: indígenas, europeus, dos africanos e seus descendentes.

Para conhecer esta história precisa-se recorrer a várias fontes de informações tais como: relatos orais dos mais velhos, produtos culturais como objetos de cerâmica, instrumentos musicais, textos, pinturas e fotografias feitas por não índios que viveram com o povo Terena em diferentes períodos da história.

No que se refere à comunidade indígena terena da Aldeia Água, não é diferente. Segundo Carvalho (1992) apud Cabroxa (2011, p. 23), os povos Terena habitaram na região do rio Apa, ou seja, região chaquenha ou Chaco, território que abrange os países da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Conforme Figura 1 abaixo.



**Figura 1:** Mapa da região do chaco  
 Fonte: <http://jamirlima.blogspot.com.br>

O deslocamento dos Terena dentro do Chaco Paraguaio é considerado o primeiro momento de desterritorialização. Com a chegada dos espanhóis e, posteriormente dos portugueses, a partir do século XVI, na medida em que iam

adentrando em terras paraguaias e aumentando seus interesses, foram também aumentando os conflitos com os povos Terena e o processo de (des/re) territorialização acontecia com maior intensidade e frequência.

Segundo Schuch (1995) apud Cabroxa (2011, p. 24), os povos Terena ocuparam a margem oriental do Rio Paraguai na metade do século XVIII, adentrando significativa área territorial do atual estado de Mato Grosso do Sul. Ocasão em que os Terena, os Kinikinau e os Laiana reedificaram suas aldeias próximas ao Forte Coimbra e vilas das Serras de Albuquerque, entre os rios Paraguai e Miranda.

A origem de formação da Terra Indígena de Nioaque/MS<sup>1</sup> é consequência das ações de fazendeiros, e se deu pela expulsão dos indígenas que habitavam em áreas às margens do Rio Negro, por ações de expropriação.

Há dois momentos na história dos povos indígenas Terena, que não podemos deixar de relatar, primeiro a Guerra do Paraguai (1865 – 1870). A participação dos povos indígenas Terena na Guerra do Paraguai foi de grande importância para a vitória da Triple Aliança.

O governo brasileiro também chamou índios de Mato Grosso para combaterem os paraguaios. Os Guaicuru lutaram ao lado do exército brasileiro, enquanto os Terena, que sempre foram grandes agricultores, além de enfrentar o exército paraguaio, também participaram da guerra fornecendo alimentos para os combatentes. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p.56).

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 57), os índios Terena sofreram todas as calamidades da guerra. Em uma viagem para Nioaque os soldados do exército brasileiro, lutando para defender a vila dos saques dos paraguaios, sofreram com uma epidemia de cólera que matou vários deles, inclusive um índio Terena.

O segundo momento é após a Guerra do Paraguai, quando podemos afirmar que todos os povos indígenas que lutaram na guerra para garantir seus territórios não tiveram este direito garantido.

Neste contexto não podemos deixar de destacar também a relação do Estado com a Empresa Erva Mate Laranjeira e sua contribuição na expropriação dos povos

---

<sup>1</sup> São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Artigo 231 da Constituição Federal de 1988. § 1º

indígenas. O processo de exploração da erva mate no Sul do então estado de Mato Grosso se deu por alguns fatores. Primeiro as grandes áreas de ervais nativos, que disponibilizava matéria prima, e os rios navegáveis em torno desta grande área utilizados para transporte do produto.

Segundo, a mão de obra. Com o final da guerra do Paraguai o número de pessoas (em sua maioria indígena) disponíveis para o trabalho era grande, sendo esta mão de obra explorada.

Terceiro, a relação do Estado com a Companhia Mate Laranjeira na acumulação de riqueza e poder, se constituindo assim um dos pilares principais do desenvolvimento e sucesso da empresa Erva Mate Laranjeira no final do século XIX e metade do século XX. (SILVA, 1982, p. 26-30).

Desse modo cabe salientar que o movimento dos povos indígenas no Brasil e em especial dos Terena, revela que no contexto de ocupação e povoamento no território sulmatogrossense esses povos vivenciaram um processo de desterritorialização e reterritorialização.

Para melhor compreensão da gravidade das formas e métodos de expropriação dos povos indígenas Terena, que caracterizam esse movimento de desterritorialização e reterritorialização, faz-se importante atentar para sua definição conceitual.

Há que se destacar inicialmente a definição conceitual de território que, segundo Guattari e Rolnik, (1986) apud Haesbaert, (2012, p. 127) trata-se de:

[...] um ato, uma ação, uma *relação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que repete e sobre o qual se exerce um controle [...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, enganjar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir.

Em se tratando da desterritorialização e reterritorialização, os autores supracitados destacam que:

A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem [...]. Simplificando, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. “É a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território. (GUATTARI E ROLNIK, 1986, p. 323 apud HAESBAERT, 2012, p. 127)

Partindo desses pressupostos teóricos cabe aqui destacar as ações do capital e do Estado, no processo de exploração econômica e de povoamento do território

sulmatogrossense, as quais conduziram ao processo de (des)territorialização dos povos indígenas Terena.

### **1.1 O papel da Companhia Mate Laranjeira no processo de desterritorialização dos povos indígenas no território sulmatogrossense**

O processo de exploração da erva mate no Sul de Mato Grosso se deu por alguns fatores que propiciou a exploração dos ervais nativos da região. Primeiro as grandes áreas de ervais nativos, que disponibilizava matéria prima, os rios navegáveis em torno desta grande área utilizados para transporte do produto.

Segundo a mão de obra, com o final da guerra do Paraguai, o número de pessoas (em sua maioria os indígenas), disponíveis para o trabalho era grande, e mesmo sendo o modo de produção capitalista de exploração de mão de obra, esta se apresentava como escravista com baixa remuneração, condições subumanas de trabalho.

E a terceira a relação Estado-Empresa na acumulação de riqueza e poder se destacou como um dos pilares principais do desenvolvimento e sucesso da empresa Erva Mate Laranjeira, no final do século XIX e metade do século XX. (ALONSO JR. 2011, p.23-29).

Não podemos deixar de destacar que o domínio econômico e político da Companhia Mate Laranjeira, no sul de Mato Grosso se apoiava no Decreto Imperial de 1882, que concedia o arrendamento desta região para a produção de erva.

Diante do poder e controle da Companhia Mate Laranjeira, os povos indígenas tiveram duas opções para sobreviver na conjuntura que ora se apresentava. Primeiro a fuga/expulsão de seus territórios (desterritorialização) buscando outras áreas isoladas para habitar ou o trabalho de extrativismo da erva, sendo este quase que escravo em condições desumanas, longas jornadas de trabalho, má alimentação e baixa remuneração. (ALONSO JR. 2011, p.21-22).

## **1.2 - O papel do Estado no processo de desterritorialização e reterritorialização dos povos indígenas terena no território sulmatogrossense**

Não podemos deixar de destacar outras ações do Estado, a exemplo da política de criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, a qual contribuiu para a desterritorialização dos povos indígenas.

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 95), Rondon foi escolhido para fundar e dirigir o futuro SPI- Serviço de Proteção ao Índio, devido ao seu trabalho na Comissão das Linhas Telegráficas. Os autores destacam ainda que a atuação do SPI se deu no sentido de:

“Pacificar” o índio arredio e hostil, para permitir o avanço dos purutuyé nas zonas pioneiras, isto é, recém abertas para a colonização. Demarcar suas terras, criando “reservas indígenas”, lotes de terra sempre inferior aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que “pacificados” não precisavam mais “correr para outros lados”. Educar os índios, ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene, as primeiras letras e ofícios mecânicos e manuais para que pudessem sair da condição de índio bravo e serem transformados em trabalhadores nacionais. Proteger os índios e assistilos em suas doenças. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p.95).

Importante destacar que a maioria das áreas dos Terena foi demarcada no período de vigência do SPI, que não respeitava seus costumes, suas organizações, formas de moradia e plantações. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p.97).

Segundo Haesbaert (2012, p. 35), o território tem duas conotações o material e o simbólico, sendo o primeiro (material) o poder, a dominação, seus limites fronteiriços, ou seja, a ocupação do território (espaço ocupado pelos indígenas), já o simbólico se caracteriza pelos costumes crenças e tradições vivenciadas pelos indígenas que ao serem expulsos de seus territórios deixaram para traz parte desses valores.

Na perspectiva material, citamos o poder para exemplificar a ação do Estado e fazendeiros na dominação dos povos indígenas terena e a expropriação dos mesmos de seus territórios. Já na perspectiva simbólica apresenta-se com o valor e a forma de uso dos recursos naturais, seus costumes e tradições, que na desterritorialização material também uma parte dessa cultura foi deixando para traz.

Podemos afirmar que ao longo do processo histórico do Brasil a desterritorialização dos povos indígenas, incluindo os Terena, tem se materializado com

a participação do Estado. Mesmo que suas ações apareçam camufladas em políticas públicas, de forma assistencialista para resolução de problemas em curto prazo. (LUCIANO, 2006, p.198).

A política de tutela do Estado para com os povos indígenas tinha como objetivo, no nível do discurso, a integração das comunidades indígenas na sociedade nacional. Todavia não podemos deixar de enfatizar que, na prática, a criação do SPI foi para resolver os conflitos entre brancos e índios, sendo estes massacrados em confrontos.

Segundo Alonso Jr.(2011, p.22) o incentivo do Governo para a ocupação, povoamento e demarcação das fronteiras no sul de Mato Grosso, promoveu a ocupação dessa porção do território por populações não indígenas, expulsando assim os povos indígenas de suas áreas.

Destacamos também nesse processo histórico de ocupação da região sulmatogrossense a presença significativa da colonização privada e estatal [...] na política de nacionalização das fronteiras impetrada pelo Estado Novo na década de 1930, [...] colonização oficial voltada a estimular a formação de pequenas propriedades no sul de Mato Grosso, como por exemplo, temos a CAND – Colônia Agrícola de Dourados (ALMEIDA, 2003, p. 113 apud ALONSO JR. 2011, p.24).

Os matadores de índios eram contratados por fazendeiros para “limpar o terreno” para facilitar a posse das terras que eram regularizadas e posteriormente comercializadas. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p.93).

Neste período várias denúncias de extermínios de povos indígenas foram feitas pelos jornais a nível nacional e internacional. Segundo Bittencourt e Ladeira,

Essas notícias provocaram, até 1910 muitos debates em torno da “questão do índio”, envolvendo intelectuais (advogados, militares, engenheiros, cientistas), políticos e religiosos que apoiavam muitas vezes os interesses das populações indígenas. (2000, p. 94)

Foi, portanto nesse contexto de expropriação e extermínio dos povos indígenas no território sul-mato-grossense que se constituiu a gênese da Terra Indígena do município de Nioaque em Mato Grosso do Sul.

Um documento antigo do Serviço de Proteção ao Índio, de 1919, relata que os Terena do grupo do Capitão Vitorino, em torno de uns 200 indivíduos, dispersos em 11 ranchos, ocupavam uma área de duas léguas da cidade de Nioaque-MS, cuja população seria dos mil indígenas que teriam espalhados pela Serra de Maracajú. Este mesmo documento citado pelos autores afirma que a Terra Indígena Nioaque foi formada inicialmente por dois pequenos núcleos: a aldeia Brejão fundada em 1904 pela família do “Capitão Vitorino” e seu grupo, que saíram da antiga Aldeia Laranjal que também se localizava dentro da reserva, à procura de uma área com mata para facilitar sua proteção e

de seu povo; e a Aldeia Água Branca que se destacava por possuir um maior número de indígenas, sendo 14 ranchos organizados às margens do rio Urumbeva e por ser realmente a concentração populacional mais antiga. (OLIVEIRA, 1976 apud MIRANDA, 2007, p. 245)

Nesta perspectiva faz-se necessário resgatar a trajetória histórica de formação da “Terra Indígena” de Nioaque/MS, com destaque para a Aldeia Água Branca.

A Aldeia Água Branca se formou após a Guerra do Paraguai, quando várias comunidades indígenas Terena tiveram que fugir de suas terras em consequência de ações de fazendeiros, mais precisamente na região de Miranda e Aquidauana, onde tiveram que se reterritorializar em terras localizadas no alto da Serra de Maracaju, limitando-se ao norte com o rio Urumbeva e a leste com a Serra de Maracaju. (OLIVEIRA, 1976 apud CABROXA, 2011 p. 28). Atualmente a Terra Indígena de Nioaque/MS.

### **1.3 A reterritorialização dos povos indígenas terena pós Constituição Federal de 1988**

Para maior compreensão e clareza do processo de reterritorialização dos povos indígenas do Brasil, faz-se necessário destacar que perpassa pela questão das terras devolutas, um problema de ordem jurídica que sempre interferiu e ainda interfere nesta questão tão relevante para os povos indígenas do país, que é a demarcação de seus territórios.

O problema para revisão dos limites de terras indígenas reconhecidas por atos de estados federados há mais de 70 ou 80 anos (como é o caso de terras Terenas), é que as terras de anterior e integral a ocupação indígena, foram tratada como devolutas fossem e transferida para particulares. Os índios desde então ficaram impedidos (legalmente, mas não de fato, como ocorreu) de usufruírem dos recursos naturais nas glebas transferidas e particulares. (AZANHA, 2005, p. 62).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o direito dos indígenas a terra não é um privilégio mais sim um direito conquistado ao longo de sua história de luta. A partir de 1990, a garantia do direito originário dos povos indígenas às suas terras passou a se alicerçar sobre o estudo minucioso da territorialidade dos diferentes povos indígenas, considerando-se não apenas seus usos passados e presentes, mas também a perspectiva de uso futuro. De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. BRASÍLIA: SENADO FEDERAL, 2011.

Porém se analisarmos o cotidiano dos povos indígenas e a leis favoráveis, são raramente cumpridas, principalmente do que diz respeito à demarcação de seus territórios.

E para maior clareza de tal realidade, Silva (2001)<sup>2</sup> destaca que mesmo com a Constituição Federal de 1988, foram tímidos os avanços nas políticas públicas indigenistas, centradas no respeito dos povos indígenas.

No estado de Mato Grosso do Sul onde temos várias áreas de conflitos, especialmente nos municípios de Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Dourados, Japorã, Juti, Maracajú, Miranda, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Caarapó, Coronel Sapucaia, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia e Rio Brilhante, essa questão não é diferente (AGRAER, 2009).

Cabe salientar que a gênese dos atuais conflitos na região remontam o fim da guerra do Paraguai e a consolidação do domínio brasileiro na região. Naquele contexto, as terras indígenas sem titulação foram transferidas para o então estado de Mato Grosso, incluindo o território terena na Serra de Maracaju. Desse modo, o próprio Estado é responsável pelos conflitos ainda hoje existentes, pois se apoderou das vastas extensões de terras e ao desconsiderar a legislação em vigor, a exemplo da Lei de Terras de 1850 (Lei 601) declarou-as como terras devolutas, repassando-as a terceiros.

Na atualidade os conflitos entre os indígenas terena e fazendeiros têm sido frequentes no tocante a demarcação no estado de Mato Grosso do Sul, com destaque em vários veículos de comunicação em nível nacional e internacional, sobretudo pela ocorrência de assassinatos de lideranças indígenas onde vários índios foram mortos.

Todavia, o Estado pouco faz para intervir no conflito e para agilizar o processo de demarcação das terras. Há que considerar nesta caso que muitas das vezes a

---

<sup>2</sup> In: Caderno Texto Câmara dos Deputados (2009, p. 34). Disponível em: [camara.gov.br/bd](http://camara.gov.br/bd)

morosidade com esta questão é conduzida remete-se ao fato de que os latifundiários e representantes do estado<sup>3</sup>.

Há que se destacar que maurofenerich@hotmail.com.br a Aldeia Água Branca em especial, não se encontra até a presente data em conflito propriamente dito, não houve nenhuma ocupação e/ou conflito pela demarcação dessas áreas. Verificamos junto à liderança da aldeia (Cacique) que apesar de não haver nenhum documento oficial há interesse em requerer a demarcação de áreas no entorno da aldeia, com destaque para a Fazenda Urumbéva, onde há exploração de pecuária extensiva.

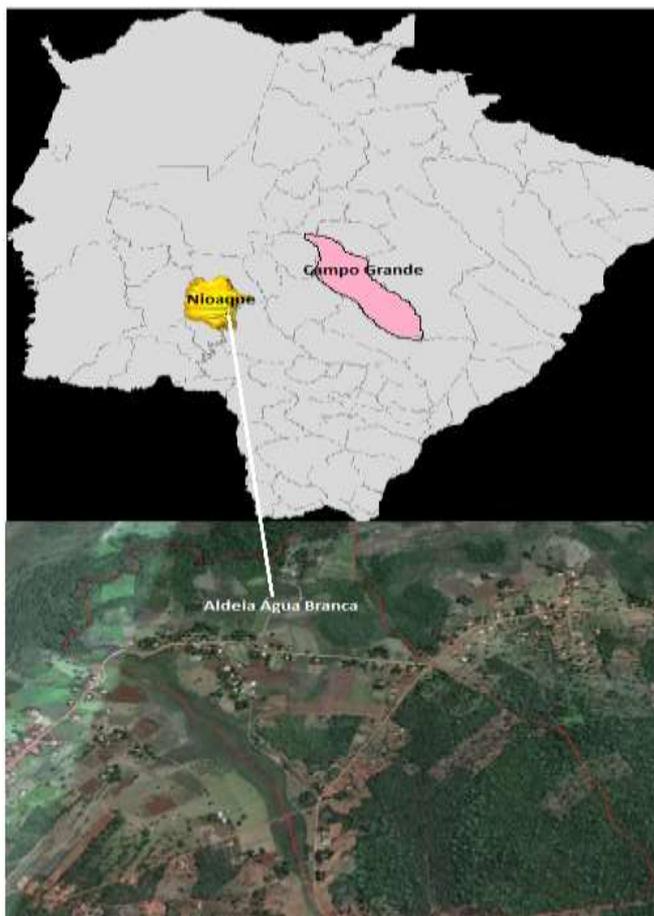
Foi-nos informado que há um anseio da comunidade indígena terena, para que esses direitos sejam colocados em prática, tendo havido, inclusive assembleias na terra indígena Nioaque para discutir esta questão. Segundos relatos dos indígenas existem marcos em áreas da fazenda, que caracterizam a ocupação indevida por parte do fazendeiro, compreendendo uma área que ultrapassa a novecentos hectares.

---

<sup>3</sup> In: MAPA de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=90> Acesso em: 20/12/2014.

## CAPÍTULO II – ASPECTOS GERAIS ACERCA DA ALDEIA ÁGUA BRANCA

A Terra Indígena<sup>1</sup> Nioaque/MS, possui uma área demarcada de 3.029 hectares, está localizada a 12 quilômetros da cidade de Nioaque/MS, e distante 170 quilômetros de Campo Grande a capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesta Terra Indígena há quatro Aldeias, a saber: Aldeia Cabeceira, Aldeia Taboquinha, Aldeia Brejão e a Aldeia Água Branca objeto de estudo conforme demonstra a Figura 2 abaixo.



**Figura 2:** Localização da Aldeia Água Branca  
Fonte: [www.feams.com.br.](http://www.feams.com.br/) / [www.googleearth](http://www.googleearth)  
Adap: Silva, 2014

---

<sup>1</sup>São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Artigo 231 da Constituição Federal de 1988. § 1º

## 2.1 – Infraestrutura da Aldeia Água Branca

As 76 famílias que vivem atualmente na aldeia Água moram em casas individuais em sua maioria de alvenaria. Todas as residências possuem energia elétrica e a água disponível para consumo humano e dos animais é proveniente de poços artesanais, poços tipo cisternas e nascentes.

A aldeia Água Branca possui ainda uma rádio comunitária, intitulada Radio FM Terena 96,5 (Figura 3). A mesma é gerida pela Associação de Moradores, a qual possui diretoria, estatuto e regimento interno, a rádio é utilizada para informações (comunicações) internas e externas como, por exemplo, divulgação de reuniões, informações das datas de entrega das cestas do Programa Vale Renda.



**Figura 3:** Radio FM Terena 96,5

Fonte: do autor

Há também um posto de Pronto Atendimento de Saúde (Figura 4), composto com o seguinte quadro de profissionais: um médico (clínico geral) e um dentista, ambos não índios. Além de uma enfermeira padrão, dois técnicos em enfermagens, dois agentes de saúde, um serviço geral, um motorista, sendo esses indígenas. O posto de saúde dispõe ainda de um veículo tipo camionete para transporte dos indígenas.

O atendimento médico e odontológico é realizado três vezes por semana, porém os demais funcionários trabalham todos os dias da semana. É importante ressaltar que este posto de saúde atende também os indígenas das Aldeias Cabeceira e Taboquinha.



**Figura 4:** Posto de Saúde  
Fonte: do autor

A Aldeia Água Branca possui também um centro comunitário, sendo este um dos mais antigos da terra indígena Nioaque. O centro recebe o nome de João Marques, nome dado em função da história de luta e resistência de uma família indígena de mesmo nome ao longo de sua existência (Figura 5).

O centro comunitário é utilizado para reuniões com diversos temas como saúde, educação, produção etc., sendo, pois, um local de referência para tomada de decisões coletivas da comunidade indígena. O espaço é usado também para receber autoridades que visitam a aldeia.



**Figura 5:** Centro Comunitário João Marques

Fonte: do autor

Quanto à educação na Aldeia Água Branca, há que se destacar a existência de uma escola, a Escola Municipal Indígena Capitão Vitorino (Figura 6), sendo esta uma extensão da Escola Indígena 31 de Março da Aldeia Brejão. Estudam na Escola Capitão Vitorino alunos do 1º ao 9º ano das Aldeias Água Branca e Cabeceira, onde há transporte escolar.

Cabe destacar que neste setor 99% dos profissionais (professores, diretor, coordenadores pedagógicos, merendeiras, etc.) que trabalham na Escola da Aldeia Água Branca são indígenas. Isso é fruto de uma luta da comunidade e lideranças indígenas para a contratação desses profissionais com formação para trabalhar.



**Figura 6:** Escola Municipal Indígena Capitão Vitorino

Fonte: do autor

No tocante a educação há uma grande preocupação dos caciques, lideranças e comunidade em geral, na qualidade do ensino e na inserção da cultura indígena na escola como forma de manutenção e preservação de costumes e tradições para gerações atuais e futuras.

## 2.2 – Uso e ocupação do solo na Aldeia Água Branca

Cabe destacar inicialmente que o solo da Aldeia Água Branca é classificado como Latossolo Vermelho, com boa capacidade de drenagem de água, apresentando boa aptidão para culturas anuais, perenes e pastagens, porém necessita de cuidados com correção e adubação, sendo que algumas áreas apresentam suscetibilidade à erosão. (CHAGAS, 2007, p. 22)

Em se tratando do uso e ocupação do solo da Aldeia Água Branca, faz-se importante salientar que as atividades agropecuárias desenvolvidas pela comunidade são bem diversificadas, tanto em termos de culturas anuais como de culturas perenes.

As principais culturas anuais de autoconsumo exploradas pela comunidade da Aldeia Água Branca são: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata doce, quiabo e outros, conforme (Figura 7).



**Figura 7:** Culturas anuais de subsistência  
Fonte: do autor

Quanto ao preparo do solo para o plantio, cabe destacar que o mesmo é predominantemente mecanizado (com trator). Todavia, há pequenas áreas que o preparo do solo para o plantio é feito manualmente (Figura 8).



**Figura 8:** Preparo do solo

Fonte: do autor

A criação de animais de pequeno, médio e grande porte também foi verificada na aldeia em estudo. Dentre as criações destacamos galinhas, porcos, bovinos de cria e recria e aptidão leiteira, conforme (Figura 9).



**Figura 9:** Criação de animais

Fonte: do autor

Já no caso das culturas perenes destacam-se o plantio de banana, citros (laranja, pokan, limão), abacate, coco da Bahia e mamão, as quais estão presentes na aldeia na forma de pomar caseiro, plantado em torno das residências em pequenas áreas (Figura 10).



**Figura 10:** Culturas Perenes

Fonte: do autor

Em termos de pastagens cabe destacar que as principais existentes são a brachiária brizantã, brachiária decumbens e brachiária humídicula. Cabe salientar quanto a essas variedades de pastagem existentes na Aldeia Água Branca, que as mesmas ocorrem por influência do não índio na atividade da pecuária e nas gramíneas cultivadas.

O plantio dessas cultivares de pastagens na Aldeia Água Branca é influência do não índio, visto que muitos indígenas trabalharam em fazendas e trouxeram para a aldeia sementes e mudas que foram plantadas e ao longo dos anos se expandiram as áreas de pastagens.

Importante destacar que a produção de alimentos é para o autoconsumo das famílias, sendo comercializado o excedente de forma *in natura*, para atravessadores e consumidores no próprio município. O destaque aqui é para o limão taiti, cuja comercialização começa a se configurar como uma fonte de renda (Figura 11).



**Figura 11:** Colheita de limão

Fonte: do autor

Com base na pesquisa há que se destacar que mesmo com a influência, ação, desenvolvimento e difusão de tecnologias do branco no processo de formação dos povos Terena ao longo dos anos, ainda persistem os resquícios de sua cultura nas formas de trabalho na agricultura dos antepassados.

Atualmente as áreas de lavouras são exploradas por um grupo (família), onde trabalham em forma de mutirão, sendo que cada membro tem sua parte da área cultivada reconhecida. Outro aspecto importante a destacar é que o membro da família mais velho da família é o que define o que vai ser plantado.

### 2.3 – Área de preservação permanente

A APP – Área de Preservação Permanente, existente na Aldeia Água Branca está situada em torno do rio Urumbeva e uma área úmida (espaços brejosos, encharcados permanentes). Importante destacar para melhor compreensão, conforme parte da Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, referente ao Novo Código Florestal que define o que é APP:

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas [...] as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012. a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; [...] em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. (CÓDIGO FLORESTAL, Lei n. 12.651 de 25 de Maio de 2012)<sup>2</sup>

No caso das duas áreas de APPs da Aldeia Água Branca, as quais compreendem a área do entorno do rio Urumbeva e uma área de brejo, cabe destacar que ambas se encontram preservadas, apesar de em alguns trechos não estarem isoladas, ou seja, não possuem edificações de cerca isolando as APPs das áreas exploradas pelas atividades agropecuárias.

---

<sup>2</sup> Disponível em<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato20112014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20112014/2012/Lei/L12651.htm)> Acessado em 27 de Agosto de 2014).

## **CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES DE VIDA E PRODUÇÃO DA COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ÁGUA BRANCA**

Neste terceiro capítulo apresentamos a organização social e espacial da comunidade indígena terena da Aldeia Água Branca, bem como as principais políticas públicas desenvolvidas, a segurança alimentar das famílias e as fontes geradoras de emprego e renda.

### **3.1 – A organização social e política**

Do ponto de vista organizacional e político a comunidade terena que reside na Aldeia Água Branca tem como liderança política a figura do cacique, o qual exerce autoridade máxima.

Cabe destacar que há aproximadamente uma década atrás o “cargo” de cacique era indicado hereditariamente, ou seja, era transferido entre os membros das famílias ao longo dos anos. Para facilitar a compreensão deste aspecto faz-se importante salientar, segundo Miranda (2007, p.245) que “culturalmente os povos Terena se organizam por núcleos familiares” e que “desde sua criação, a Terra Indígena Nioaque já se dividia em grupos familiares”.

Significa dizer que a forma organizacional do povo terena na terra indígena Nioaque e, de modo particular na Aldeia Água Branca ocorre tradicionalmente por meio de grupos familiares. E isto se reflete do ponto de vista da organização social e política e também da organização espacial. Neste sentido Corrêa (2000) afirma que as relações e mediações estabelecidas pela sociedade no espaço para atender as suas necessidades de produção e reprodução se refletem na organização espacial.

Atualmente o cacique é escolhido pelo voto direto da comunidade para mandato de dois anos. Com a eleição do cacique é também escolhido pelo voto o Conselho Tribal, um grupo composto por sete membros sendo um presidente, que tem a função de ajudar o cacique nas tomadas de decisões.

É importante destacar que mesmo existindo na atualidade a eleição pelo voto direto da comunidade, a influência dos grupos familiares predominantes na Aldeia Água

Branca ainda é expressiva. Significa dizer que a maioria dos caciques eleitos é das famílias Miranda e Marques em consequência dessas famílias serem as maiores da Aldeia Água Branca.

O cacique tem autonomia para resolver os problemas internos da comunidade, problemas esse que vão de brigas familiares, organização e gerenciamento do trabalho com a patrulha mecanizada, transporte escolar, manutenção das estradas, atendimento médico e outros. Dentre outros problemas o cacique na busca por soluções em muitos casos precisa ter uma relação política com o mundo externo à aldeia, com órgãos estatais sejam federal, estadual e municipal.

Faz-se importante destacar que o cacique tem o apoio do chefe de posto que representa a FUNAI dentro da Terra Indígena Nioaque. O papel do chefe de posto na comunidade indígena é estabelecer o elo entre a comunidade indígena e o Estado na esfera federal. Em outras palavras ele representa o Estado através da FUNAI.

O chefe de posto tem autonomia na emissão de certidão de nascimento, declaração de casamento, declaração de moradia, elaboração de ofícios em prol das lideranças (cacique e presidentes de associações), bem como para acompanhar lideranças em eventos, reuniões externas de interesses da comunidade indígena.

### **3.2 – A organização espacial**

Quanto à organização espacial da Aldeia Água Branca, cabe destacar que esta está dividida em cinco “subáreas” denominadas de vilas, sendo elas: Vila Central, Vila Beira Rio, Vila Recanto dos Pássaros, Vila Brites e Vila Florida.

A Vila Central recebe este nome pelo fato de que nesta área estão concentradas a infraestrutura de serviços e lazer da comunidade, tais como: posto de saúde, centro comunitário, escola e campo de futebol. A Vila Beira Rio recebe este nome em função das famílias residirem próximo ao rio Urumbeva.

A Vila Recanto dos Pássaros é uma vila criada recentemente, e que recebeu este nome em consequência de no passado esta área ter apresentado grande quantidade de

espécies de pássaros. A Vila Brites recebe este nome em homenagem ao senhor Ari Brites que faleceu a pouco tempo.

Já a Vila Florida apresenta uma história interessante quanto à escolha do nome, o senhor Dionísio Miranda, já falecido, juntamente com sua esposa dona Floriza do Carmo fundaram esta vila, ou seja, sua família foi a primeira a morar nesta área. Então, para homenagear o ancião e sua esposa que ainda vive, o local recebeu este nome.

Conforme constatado *in loco* e exposto acima essas divisões de áreas na Aldeia Água Branca, as quais são denominadas vilas estão relacionadas a algum elemento característico do local e, sobretudo à força e união das famílias terena.

Neste sentido cabe destacar segundo Miranda (2007, p. 247), que quando um jovem se casa ele constrói sua residência próxima à casa de seu pai e de seus irmãos, para não perder a força aglutinadora de sua parentela.

Constituindo-se enquanto grupos de famílias, se reafirmam na organização política, espacial e da força familiar exercida na comunidade. Neste sentido Miranda explica que:

As casas destes grupos, em geral, localizam-se próximas umas das outras e seus lotes de roças são contíguos, havendo cooperação econômica, partilha de alimentos, prevalecendo a lei da reciprocidade entre as casas, constituindo, portanto, uma unidade de produção real, sendo que o apoio mútuo, inclusive político, é a regra geral da integração social entre o grupo. (MIRANDA, 2007, p. 246).

Vê-se então, que essa forma de organização familiar tem influenciado na organização política, a exemplo da eleição dos caciques pela comunidade, os quais são em sua maioria das famílias Marques e Miranda, conforme já destacamos anteriormente.

### **3.3 - A organização da produção**

Cabe salientar que para investigar as condições de vida e ter uma melhor compreensão acerca da produção, da renda e das políticas públicas que beneficiam as famílias da Aldeia Água Branca fez-se necessário a aplicação de questionário junto a

um contingente de dezesseis (16) famílias escolhidas aleatoriamente, correspondendo assim a 21% (vinte e um por cento) das famílias da comunidade.

Do ponto de vista da organização da produção cabe destacar que há uma associação de produtores constituída legalmente dentro da Aldeia Água Branca, a qual foi criada em 2010, com o propósito de captar recursos por meio de convênios junto às instituições governamentais. Atualmente a associação tem 50 famílias associadas, o que representa um percentual de 65,78% das famílias da Aldeia Água Branca.

A diversificação na produção agropecuária é uma realidade na Aldeia Água Branca. Dentre os fatores propícios ao desenvolvimento de atividades diversificadas na Aldeia Água Branca há de se destacar as condições do solo, somadas as técnicas correta de uso do solo e condições climáticas favoráveis.

Para maior compreensão da realidade da Aldeia Água Branca no que se refere à produção, o Quadro 1 mostra as culturas desenvolvidas e suas respectivas áreas cultivadas.

<b>CULTURAS</b>	<b>ÁREA/ha</b>
Milho	4,20
Mandioca de mesa	3,45
Feijão	0,80
Cana de açúcar	0,35
Batata doce	0,01
Feijão guandu	0,30
Abóbora	0,20
Amendoim	0,20
Horta	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>9,53</b>

**Quadro 1:** Cultura desenvolvida e área cultivada

Fonte: Trabalho de campo.

Org.: Silva, 2014.

Apesar dos dados de produção aqui apresentados, os quais apontam para a existência de uma produção diversificada, cabe salientar que mesmo assim não garante a segurança alimentar de todas as famílias.

[...] por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural

e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (MDS, 2014)

Segundo Rosset (2006) a alimentação é um direito instituído internacionalmente, sendo obrigação do Estado à garantia deste direito a todos os povos. Nesse sentido o acesso a terra se constitui um instrumento que viabiliza a redução da fome e, portanto a segurança alimentar das famílias.

Todavia, no caso da comunidade terena, o fato de o que as famílias produzem na Aldeia não garantir a segurança alimentar da maioria, as torna dependentes das políticas públicas do Estado. Políticas essas que se caracterizam em suas ações como um assistencialismo para a comunidade indígena, as quais, aliás, têm sido empregadas ao longo da história dos indígenas no Brasil como forma de controle desses povos.

A prática mais comum tem sido através de ações assistencialistas, praticadas por agências do governo ou por instituições delegadas por elas: igrejas, ONGs, empresas privadas e outras. O assistencialismo tem sido historicamente a melhor opção para a política de dominação, de pacificação e de integração dos povos indígenas do Brasil. (LUCIANO, 2006, p.198).

Vê-se, pois que o controle e a dominação do Estado sobre os povos indígenas estão na gênese da formação do território brasileiro, quando aqui chegaram os portugueses e começaram destituir os indígenas de sua relação intrínseca com a natureza, com seu modo de vida e com seu território, exterminando-os e forçando-os a domesticação e aos costumes dos brancos. (LUCIANO, 2006, p.57-58).

Segundo Luciano (2006, p. 198) essas mudanças fizeram surgir novas necessidades no cotidiano dos povos indígenas como, por exemplo, trabalho, bens de consumo, moradia etc., e para “resolver essas recentes ou antigas necessidades” o Estado cria políticas públicas.

### **3.4 – As políticas públicas implantadas na Aldeia Água Branca**

Em se tratando de políticas públicas cabe aqui destacar duas, as quais foram desenvolvidas pelo Governo Estadual e que beneficiam a comunidade estudada, são elas: Programa Vale Renda e Programa Aldeia Produtiva.

O Programa Vale Renda, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul, tem como objetivo minimizar a situação de vulnerabilidade alimentar e socioeconômica destas famílias nas aldeias do Mato Grosso do Sul. Com base nesse pressuposto distribui cesta básica para todas as famílias da Aldeia Água Branca. Em média a cada quarenta e cinco dias as famílias se reúnem no Centro Comunitário para receber os alimentos e assinar um termo de recebimento.

O Programa Aldeia Produtiva<sup>1</sup>, tem como proposta interromper o ciclo de pobreza e dependência que provocam a redução da qualidade de vida da maioria das famílias indígenas sul-mato-grossenses.

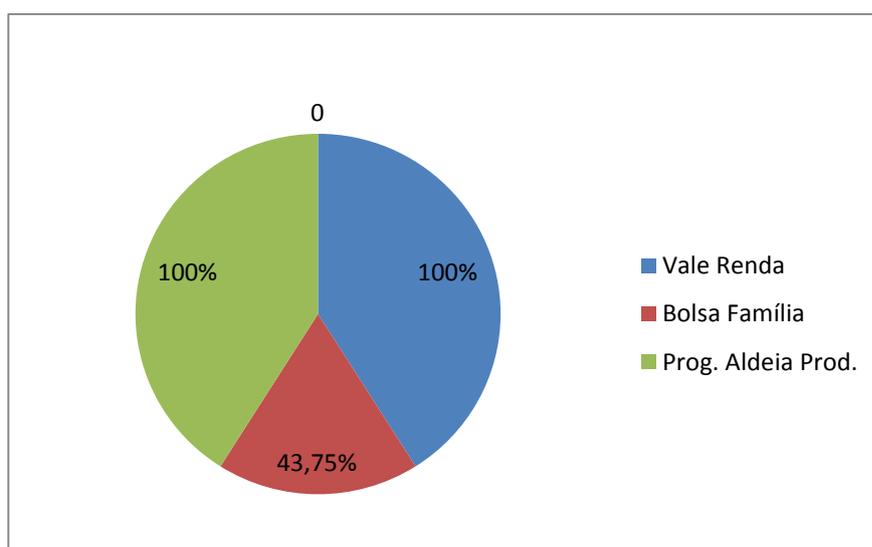
Tal Programa é composto por ações que visam promover a diversificação alimentar e o aumento da produção nas aldeias. Dentre estas ações destacam-se o fornecimento de sementes para o plantio, fornecimento de patrulhas mecanizadas, fornecimento de mudas de frutas e sementes de hortícolas, capacitação de técnicos para atuar junto às populações indígenas, capacitação de agricultores indígenas para diversidade e melhoria da produção, e assistência técnica às comunidades indígenas (AGRAER, 2009).

Apesar da dimensão, objetivos e divulgação que o Programa Aldeia Produtiva recebeu e ainda recebe a aldeia Água Branca, bem como as demais aldeias do estado, ainda não foram contempladas satisfatoriamente com o programa.

Até o momento desta pesquisa a Aldeia Água Branca tinha sido beneficiada com mudas frutíferas, patrulha mecanizada (trator e implementos), óleo diesel para preparo do solo e sementes de hortaliças (kit horta). Já a assistência técnica capacitada e continuada para atender a comunidade indígena e a capacitação dos agricultores indígenas não ocorreu, sendo um dos fatores que contribuíram negativamente com o programa.

No âmbito das políticas públicas as quais destacamos anteriormente apresentamos por meio do Gráfico 1 o número de famílias beneficiadas. Verifica-se que no universo de dezesseis (16) famílias entrevistadas cem por cento (100%) são beneficiadas com o Programa Vale Renda (cesta básica).

**Gráfico 1:** Políticas Públicas e famílias beneficiadas na aldeia Água Branca



Fonte: Trabalho de Campo.  
Org.: Silva, 2014.

Do total de dezesseis famílias entrevistadas 43,75% também recebem o Bolsa Família, em valores que variam de cento e cinquenta reais (R\$ 150,00) a seiscentos e cinquenta reais (650,00), valores esses que são diferentes de acordo com o número de filhos matriculados na escola (Ver Tabela 2). Quanto ao Programa Aldeia Produtiva 100% das famílias entrevistadas foram beneficiadas.

Cabe, no entanto, salientar que em sua maioria todos os programas e projetos são idealizados em escritórios sem a participação do público a ser beneficiado, e o resultado geralmente é pouco expressivo, foi o que aconteceu com o Programa Aldeia Produtiva.

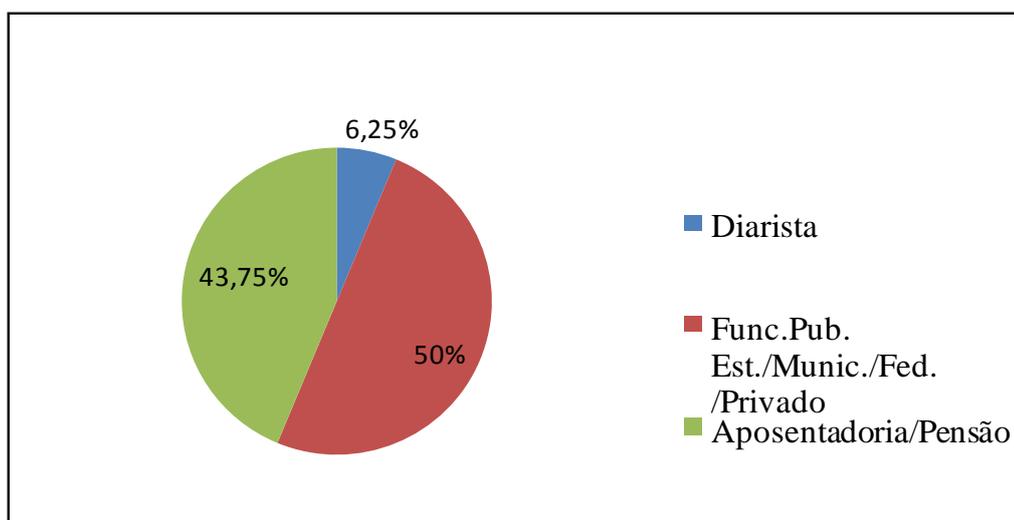
Significa dizer que a implicação dessas políticas implantadas pelo Estado em muitos dos casos não se reverte em melhorias para as comunidades beneficiárias, primeiro por não ser a principal necessidade e anseio da comunidade e segundo por não haver um acompanhamento permanente na execução e avaliação das metas dos programas e projetos criados.

### 3.4.1 –A renda da comunidade terena da Aldeia Água Branca

A renda das famílias da Aldeia Água Branca se originam de três fontes: das atividades agropecuárias, das aposentadorias e pensões e dos serviços assalariados (funcionário público municipal, estadual e federal, empresa privada e diarista).

Por meio do Gráfico 2 podemos verificar dentre o universo entrevistado que a renda das famílias em sua maioria é oriunda das aposentadorias e pensões e do trabalho assalariado (funcionário público municipal, estadual e federal, empresa privada e diarista).

**Gráfico 2:** Origem da renda das famílias da aldeia Água Branca



Fonte: Trabalho de Campo.  
Org. Silva, 2014

Por meio do Gráfico 2 podemos verificar dentre o universo entrevistado que a renda das famílias em sua maioria é oriunda das aposentadorias e pensões e do trabalho assalariado (funcionário público municipal, estadual e federal, empresa privada e diarista), sendo que 50% das famílias entrevistadas possuem membros da família que são funcionários públicos (estadual, federal e municipal) e/ou assalariados em empresas privadas. Já 43,75% das famílias entrevistadas possuem renda oriunda de aposentadoria e/ou pensão, evidenciando o aumento da expectativa de vida da população. Enquanto

6,25% trabalham informalmente como diaristas, ou seja, sem registro de carteira assinada.

Na Tabela 2, é possível verificar que a renda obtida por meio de atividades agropecuárias na Aldeia é pouco expressiva, apenas 12,50% das famílias entrevistadas desenvolvem este tipo de atividade. Desse modo, os valores da renda agropecuária são pouco expressivos em comparação as demais rendas obtidas. Não podemos deixar de salientar que a renda de 25% das famílias entrevistadas é proveniente de salário pago por empresa privada, mais especificamente do trabalho assalariado em usinas processadoras de cana de açúcar.

**Tabela 1:** Renda mensal por família entrevistada

Famílias	Agropecuária	Aposentadoria/ pensão	Bolsa Família	Salário Pub.Mun/Est/ Fed.	Salário Emp.Privada	Diarista	Total R\$
01		724,00					<b>724,00</b>
02		724,00					<b>724,00</b>
03		724,00					<b>724,00</b>
04	45,00		540,00		1.400,00		<b>1.985,00</b>
05			240,00				<b>240,00</b>
06	50,00					1.000,00	<b>1.050,00</b>
07			450,00		900,00		<b>1.350,00</b>
08			150,00				<b>150,00</b>
09		724,00		3.200,00			<b>3.924,00</b>
10		724,00		880,00			<b>1.604,00</b>
11			650,00		1.000,00		<b>1.650,00</b>
12				4.800,00			<b>4.800,00</b>
13			230,00	2.500,00			<b>2.730,00</b>
14		724,00					<b>724,00</b>
15	60,00	1.448,00					<b>1.508,00</b>
16			217,00		1.200,00		<b>1.417,00</b>

Fonte: Trabalho de campo.

Org.: Silva, 2014.

Vê-se, pois que os valores e percentuais apresentados, bem como força de trabalho empregada em atividades não agropecuárias refletem a pouca expressividade da área plantada e da renda proveniente das atividades agropecuárias.

Este fato conduz a população indígena da Aldeia Água Branca a uma dependência externa na aquisição de alimentos básicos para suprir suas necessidades diárias, aquisição essa, seja pelas políticas de transferência de renda e ou pela compra desses produtos, especialmente pelas famílias cuja fonte de renda principal ou única provém de atividades não agropecuárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionados anteriormente os povos indígenas ao longo da história do Brasil em qualquer recorte temporal e espacial foram expropriados e privados de seus direitos enquanto grupo cultural “diferente”. Nesse processo de desterritorialização não tiveram seus territórios respeitados e muito menos seus costumes e tradições.

A ação do Estado enquanto mediador de conflitos por sua vez também tratou os povos indígenas de forma autoritária e impositiva, que ao longo dos séculos se reinventou em suas ações de dominação dos povos indígenas. (LUCIANO, 2006 p. 198). E essas ações se reproduzem na atualidade, como pode ser constatada no cotidiano das famílias da Aldeia Água Branca.

Diante da baixa produção agropecuária, mesmo que diversificada, a maioria da renda das famílias é oriunda da venda da força de trabalho, de aposentadorias e pensões. Além disso, tanto a qualidade como a quantidade da alimentação das famílias da comunidade depende de políticas públicas e/ou de políticas de transferência de renda, como o Programa Vale Renda e Bolsa Família, por exemplo.

Podemos afirmar que os povos indígenas Terena, em especial da Aldeia Água Branca, apesar de serem historicamente e culturalmente agricultores, apresentam na atualidade uma realidade pouco voltada para a prática agrícola. Como muitos membros das famílias saem para trabalhar em atividades não agropecuárias em jornadas muitas vezes superiores a oito horas diárias, o plantio fica em segundo plano, e as características agrícolas tradicionais vão se perdendo ao longo do tempo.

E diante do exposto e da realidade poderíamos aqui propor algumas ações norteadoras que possam ao menos contribuir futuramente com políticas públicas que venham a ser implantadas na Aldeia Água Branca.

Primeiramente faz-se importante uma mobilização de ordem local envolvendo todos os “atores” (comunidade indígena, Estado em todas as esferas, ONGs) para reconhecimento da realidade da comunidade quanto à demarcação de terra indígena (aumento da área a ser vivida pelos terenas), produção agropecuária, segurança alimentar e políticas públicas existentes em termos de saúde, educação e habitação.

E posteriormente a construção de um diagnóstico da realidade atual, com apontamento dos problemas e potencialidades local. E a partir desse primeiro momento, realizar a construção de plano de desenvolvimento local, com a participação da comunidade indígena e do Estado de forma participativa respeitando seus anseios, costumes e tradições que ainda resistem nesta comunidade indígena.

Dividindo responsabilidades e tarefas entre todos os envolvidos e de forma permanente e continuada realizar avaliações e readequação de ações e projetos, contidos no projeto de desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAER/MS - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. **A questão Indígena no MS**. Arquivo interno 2009.

ALONSO JR. J. L. **Território de conflito**: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados. Dourados, UFGD, 2011. (Tese – Mestrado em Geografia).

AZANHA, G. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2 n.1, p. 61 -111 –Jul. 2005.

BARBOSA, A. M. **Os povos indígenas e as organizações internacionais: Instituto do indigenato no direito brasileiro e autodeterminação dos povos indígenas**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 1 n. 2 –UFGD – Dourados Jul/Dez 2007

BITTENCOURT, C. M. e LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. – Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2011

CABROXA, R. O. **A territorialização Terena do município de Nioaque**: Histórico de Formação e Organização Sócio-Espacial – Jardim, 2011. TCC (Graduação) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

CHAGAS, C. S. **Zoneamento agroecológico do município de Nioaque, estado do Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2007.

**Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular**: caderno de textos.-Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 243 p. –(Série ação parlamentar; n.393)

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 7ª ed. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

**GOOGLE EARTH** Disponível em <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>> Acesso em 01 de Maio de 2014

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Lei 12.651/2012. **Novo Código Florestal.** Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato20112014/2012/Lei/L12651htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20112014/2012/Lei/L12651htm)> Acessado em 27 de Agosto de 2014.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAPA de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. **MS - Violência econômica e territorial contra o Povo Terena.** <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=90> Acesso em: 20/12/2014.

MIRANDA, C. do C. **Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da Aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos.** Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB Vol. 8 nº 02, Set 2007.

OLIVEIRA, J. P e FREIRE C. A. R. **A presença Indígena na Formação do Brasil –** Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** Ática, São Paulo, 1993.

ROSSET, P. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável-MEXPAR.** Belo Horizonte, março 2006. 134.p

**SEGURANÇA ALIMENTAR** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>Acesso em 05 de Maio de 2014).

SETAS/MS - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul. **Relação de Beneficiários/2013.** Escritório de Nioaque/MS.

SILVA, J. V. **A multiface da empresa Mate Laranjeira: um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 – 1950)**. PUC, Porto Alegre. 1982.

YUYAMA, Lucia Kiyoko Ozaki et al. **Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil**. *Rev. Nutr.* [online]. 2008, vol.21, suppl., pp. 53s-63s. ISSN 1415-5273. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732008000700006>.

# ANEXOS

**QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTOS DE DADOS, PARA  
CONSTRUÇÃO DO TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA –  
UEMS/JARDIM - MS**

**Acadêmico: Milton Silvestre da Silva – RGM: 24078**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Aldeia:** \_\_\_\_\_ **n.º casa:** \_\_\_\_\_

**Análise dos Sistemas Produtivos Existentes**

**01) Qual o tamanho da área (há) para cada item que a família produz ?**

Milho		Feijão		Napier	
Mandioca		Arroz			
Mandioca de mesa		Feijão guandu			
Cana –de- açúcar		Batata doce			

**02) Qual o número de animais que a família possui na área explorada?**

Gado de leite		Gado de corte		Peixe	
Vacas em lactação		Cavalo		Caprinos	
Abelha (cx.)		Galinha			
Ovinos		Suínos			



**06) Sua família faz algum processamento da produção para consumo da família e comercialização? Se sim quais são os produtos?**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço</b>	<b>Diária/ Semanal/ Mensal/ anual</b>	<b>Local ( onde vende)</b>
Conservas, doces				
Farinha, Polvilho				
Cachaça				
Charque				
Rapadura, Melado, açúcar mascavo				
Queijos, Iorgutes				
Sabão, produtos de limpeza				
Conserva de hortaliças				
Lingüiça, salame, defumados				
Outros				

**07) Qual a forma de organização que vocês utilizam para a venda dos produtos?**

Em grupo de afinidade		Associação	
Sozinho		Cooperativa	

**08) Recebe algum benefício do governo? Se sim qual?**

	H	M	O	Valor R\$		H	M	O	Valor R\$
Aposentadoria por					Auxilio Doença				

idade									
Pensão por invalidez					Pensão por morte				
Auxílio acidente					Salário maternidade				
Vale renda					Bolsa família				

**09) Exerce alguma atividade assalariada? Se sim qual é a renda mensal?**

Atividade Remunerada	H	M	O	Valor R\$

**Situação ambiental da Aldeia**

**10) Qual é a origem da água consumida atualmente pela sua família?**

Cacimba		Poço artesiano		Chuva (cisterna)	
Mina		Roda d'água			

**11) A área explorada possui curva de nível?**

Sim		Não	
Quantas há?		Quantas há?	

**12) A área explorada possui erosão? Qual tipo?**

Sim		Não			
Laminar		Sulco		Voçoroca	

**13) As áreas de APPs estão preservadas?**

Sim		Não	
-----	--	-----	--

**14) Existem ações predatórias nas áreas de reserva legal e APP?**

Não		Queimada		Lavoura	
Uso para gado		Extração de madeira		Criação de outros animais	
NS *		NR*			

**15) Foi beneficiado com algum programa de políticas públicas ultimamente?**

Sementes	Mudas	Óleo diesel	Adubos	Calcário	Patrulha Mecanizada	Habitação

**16) A família já acessou algum tipo de crédito para a produção agropecuária?**

Sim		Não	
-----	--	-----	--

\*NS: Não sabe responder.

\*NR: Não quer responder



## UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

### Termo de Aceite

Declaro estar ciente da realização da pesquisa relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Milton Silvestre da Silva, do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Jardim.

Declaro ainda ter sido informado (a) que minha identidade pessoal será preservada.

Ciente de que se trata de um trabalho de caráter acadêmico e científico, aceito a colaborar com a realização do mesmo por meio da entrevista e resposta ao questionário aplicado pelo referido acadêmico.

Jardim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do entrevistado